

PPGD/ENFAM – MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

RELATÓRIO DE IMPACTO E PRINCIPAIS PONTOS DE INTERSECÇÃO DAS DISCIPLINAS CURSADAS ATÉ JANEIRO/2022

DISCENTE: EUNICE MARIA BATISTA PRADO

TURMA: 2020

Para fins de cumprimento de requisito necessário na fase de qualificação do projeto de pesquisa “Banco Nacional de Eventos Adversos em Sistemas de Inteligência Artificial da Justiça”, relacionado à linha de pesquisa 2, “Ética, Integridade e Efetividade na Atividade Jurisdicional”, segue breve relato:

1. Disciplinas obrigatórias

a) DIS7 Ética e Integridade (ETI) – Prof. Roger Raupp Rios

De todas as disciplinas, ETI foi a que mais proporcionou fundamentos teóricos para a pesquisa em questão, que é focada no estudo da ética aplicada à Inteligência Artificial em uso nos tribunais, necessitando de sólido embasamento ético-filosófico para buscar extrair de princípios a resposta para tantas lacunas que permeiam um tema que é novo, ainda repleto de dúvidas e incertezas.

A propósito, foi o artigo apresentado em fevereiro de 2021 como atividade final dessa disciplina que, meses depois, aprimorado e incrementado com pesquisa empírica, foi submetido para publicação em setembro de 2021 na Revista Direito Público – Qualis A1, vindo a ser aprovado em 10 de janeiro de 2021, encontrando-se atualmente no prelo.

O artigo foi intitulado “Sob Controle do Usuário”: Formação dos Juizes Brasileiros para o Uso Ético da IA no Judiciário, e foi escrito para cumprimento de outro requisito exigido pelo Mestrado Profissional da Enfam, qual seja, publicação em periódico com Qualis A ou B (B1 e B2), em coautoria com membro do corpo docente do Mestrado, que no caso foi a Profa. Dra. Luciane Amaral Corrêa Münch, com outra coautora por ela convidada, a Dra. Márcia Amaral Corrêa Ughini Villarroel. Entre os tópicos que o artigo aborda, estão os Princípios de Bangalore de Conduta Judicial, que foram bastante debatidos em sala de aula pelo Prof. Roger, formando conteúdo que constará na dissertação.

b) **DIS6 Liderança Organizacional e Atividade Judicial (LOJ)** – Prof. Luiza Vieira Sá de Figueiredo

Essa disciplina pode ser entendida sob dois prismas, micro e macro. O micro seria no âmbito mais restrito de cada unidade jurisdicional individualmente considerada, onde o(a) juiz(a)-aluno(a) exerce em seu cotidiano a liderança necessária para que aquela parte da organização, pela qual é responsável, funcione da forma mais eficiente possível.

Porém, foi do ponto de vista macro que tal disciplina mais se conectou à pesquisa em questão, quando se leva em conta o papel crucial que líderes eficazes têm a desempenhar na formulação de políticas públicas judiciárias, que são elaboradas para alcançar todo um ramo ou segmento da Justiça, ou mesmo para o Poder Judiciário em sua totalidade. No caso da pesquisa em tela, é preciso ter essa percepção para estudar soluções que façam os princípios éticos se traduzirem em ações práticas para o uso ético da Inteligência Artificial nos tribunais.

c) **DIS8 Seminário de Pesquisa e Metodologia (PEM) e DIS15 Sistema de Justiça e Pesquisa Empírica (SPE)** – Prof. José Marcos Lunardelli e Prof. André Augusto Salvador Bezerra

Para além de obrigatórias, as disciplinas de metodologia foram basilares. A curadoria de materiais de apoio cuidadosamente selecionados pelos professores, além da presença constante de convidados-pesquisadores de alto nível, com seus estilos e técnicas variados, abriram os horizontes dos alunos para as muitas maneiras que existem para fazer o desenho do percurso metodológico da pesquisa. A fórmula do seminário, incentivando a crítica construtiva coletiva, também proporcionou muitos *insights* bastante úteis, além

de dar a devida dimensão do significado e do objetivo de um Mestrado Profissional, com seu enfoque teórico-prático. A pesquisa em questão teve a metodologia alterada várias vezes, a cada novo aprendizado, até que se concluiu o ciclo das duas disciplinas, proporcionando enfim a segurança necessária para tomar decisões na escolha dos métodos, para ajustar o foco e para fazer os recortes necessários, pela consciência das limitações existentes, principalmente temporais.

2. Disciplinas optativas

a) **DIS2 Administração Judicial Aplicada (AJA)** – Prof. Carlos Henrique Borlido Haddad

A escolha dessa disciplina foi motivada menos pela pesquisa em si e mais pela premente necessidade de aprender sobre gestão, para uso no cotidiano da unidade jurisdicional mesmo, visando melhorar índices de produtividade. Isso porque, a princípio, não se vislumbrava uma ligação direta entre a disciplina AJA e a pesquisa sobre ética e Inteligência Artificial.

Contudo, foi surpreendente perceber que muito do que se aprendeu sobre AJA acabou sendo bastante utilizado na pesquisa, sobretudo a necessidade de verificar, medir, analisar dados, comparar, buscar parâmetros e critérios, fazer *benchmarking*, avaliar resultados, providenciar *feedback*. No caso, tudo isso foi utilizado para verificar a situação do Brasil em relação a outros países, bem como a situação dos tribunais brasileiros comparados entre si, quanto ao enfrentamento do tema pesquisado.

Além disso, foi o artigo escrito em fevereiro de 2021 para a avaliação final de AJA, envolvendo administração pública, que meses depois foi aprimorado seguindo as orientações dadas pelo Professor na correção, vindo a lograr êxito na seleção para publicação em anais e apresentação em evento científico luso-brasileiro, o ENAJUS – Encontro de Administração da Justiça. O título do trabalho apresentado no dia 25 de outubro de 2021 foi “Juízo 100% Digital X Exclusão Digital: Soluções Concretas ao (Aparente) Impasse”. Dessa forma, cumpriu-se o requisito de apresentação de trabalho em evento científico, exigido pelo Mestrado Profissional da Enfam.

b) DIS13 Inovação e Design Organizacional do Poder Judiciário (IDO) – Luciane Amaral Corrêa Münch

Essa disciplina foi importantíssima para a pesquisa, principalmente quanto ao tema da inovação responsável, que se conecta à disciplina obrigatória de ética (ETI), estando portanto diretamente relacionada ao tema pesquisado. Várias referências bibliográficas utilizadas na disciplina IDO foram mencionadas no texto da dissertação apresentado para qualificação.

Sob outro prisma, o conceito de *wicked problems* e temas correlatos de políticas públicas e administração judiciária foram aplicados em praticamente todas as produções científicas que foram sendo elaboradas depois, e não só no texto da qualificação, porque estão relacionados à busca de soluções para problemas práticos que a Justiça tem de enfrentar, em tudo convergindo para o escopo do Mestrado Profissional, que a dissertação que está sendo desenvolvida pretende observar.

Além disso, o trabalho de conclusão da disciplina IDO, realizado em grupo com outros quatro colegas, foi aprovado via seleção para publicação em anais e apresentação em evento científico luso-brasileiro, o ENAJUS – Encontro de Administração da Justiça. O título do trabalho apresentado no dia 26 de outubro de 2021 foi “Redesign Organizacional: soluções possíveis para a defasagem da força de trabalho judicial”.

c) DIS17 O Judiciário na Era Digital: Ciências e Tecnologias Disruptivas no Judiciário (DIG) – Samuel Meira Brasil Junior

Disciplina essencial para a pesquisa. Todos os tópicos relacionados à Inteligência Artificial foram importantes, principalmente os temas envolvendo ética e IA: a) impactos éticos da IA, b) análise de casos - recidivismo e racismo, discriminação de gênero na oferta de emprego, reconhecimento facial, fake news e deep fake *etc.*, c) design de modelos de IA centrados nos seres humanos (*human-centred AI*); d) *Trustworthy AI* - Transparência, *accountability*, interpretação e explicação dos modelos de IA.

Considerando que a pesquisa tem o foco de criar um banco de dados para catalogar erros de aplicações de IA nos tribunais, como ferramenta de gerenciamento de risco para colaborar no uso ético da IA pelo Poder Judiciário, a disciplina DIG proporcionou substancial conteúdo a ser utilizado no desenvolvimento da dissertação.

d) **DIS19 Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência (PRE):** Taís Schilling Ferraz

A principal contribuição da disciplina PRE para a pesquisa foi o conteúdo em muitas medidas complementar ao que se viu na disciplina IDO, conjugando o tópico sobre *wicked problems* à perspectiva sistêmica para a solução de problemas complexos do Judiciário brasileiro. Além disso, viu-se que, nas novas estruturas denominadas Centros de Inteligência, muitas vezes a busca de soluções para problemas desafiadores de gestão pode indicar ferramentas de Inteligência Artificial como possíveis alternativas. São temas relacionados a políticas públicas no âmbito do Judiciário, de modo que na parte que tratam de Inteligência Artificial têm pertinência temática com a pesquisa.

e) **DIS21 Desafios do Estado de Direito – estudo de Direito Comparado (DEX):** Ministro Herman Benjamin – Coordenação Geral

Nessa disciplina surgiu a oportunidade de atuar, na qualidade de discente, nos debates da Conferência 3 – “Teoria da Decisão Judicial: a difícil arte de fazer Justiça” – que teve como conferencista o Ministro da Suprema Corte da Argentina Ricardo Luis Lorenzetti, no dia 09 de abril de 2021. Na ocasião, buscou-se nesse debate fazer uma intersecção com o tema da tecnologia aplicada ao Direito, abordando os desafios para os magistrados, principalmente de primeiro grau de jurisdição, de exercer suas funções em meio à transformação digital da Justiça brasileira.